



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
INSTITUTO DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA**

**Projeto de Pesquisa Social**

Título:

**SOCIEDADE, EMPREGO E DESENVOLVIMENTO:  
TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO E DESIGUALDADES  
NO SUL DO BRASIL**

Autor:

**FRANCISCO EDUARDO BECKENKAMP VARGAS**

Pelotas, junho de 2011.



## **1. TEMA DE INVESTIGAÇÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO**

Através do presente projeto de pesquisa, pretende-se investigar as transformações do mundo do trabalho na chamada Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, situada no extremo sul do Estado e abrangendo vinte e dois municípios. Esta região insere-se na metade sul do Rio Grande do Sul, cuja história foi marcada por um modelo de ocupação peculiar, diferente daquele observado na serra gaúcha, no oeste do Estado e na região metropolitana de Porto Alegre. A pecuária extensiva e as grandes propriedades de terra constituíram a marca fundamental desse território onde a figura do gaúcho tradicional se formou.

Após o ciclo produtivo do charque, que teve seu ápice na segunda metade do século XIX e que tornou a cidade de Pelotas o principal pólo econômico do Rio Grande do Sul, assistiu-se a um processo de desenvolvimento econômico marcado pela industrialização das atividades tradicionais ligadas à agropecuária. Esse modelo de desenvolvimento, porém, mostrou-se incapaz de acompanhar o processo de expansão e modernização capitalista e industrial do país e de outras regiões do Estado do Rio Grande do Sul que, ao longo da segunda metade do século XX, tiveram performances econômicas muito superiores àquela observada na metade sul do Estado, relegando esta região a uma condição secundária no cenário econômico gaúcho.

A crise econômica dos anos oitenta e noventa selou definitivamente o destino da região, uma vez que os ajustes promovidos pelas políticas neoliberais tiveram efeitos devastadores sobre as atividades econômicas tradicionais e sobre os níveis de emprego. O desemprego elevado, a pobreza e a ausência de perspectivas marcaram o contexto social e intelectual da região nesse período, firmando-se a visão de que o atraso e o “subdesenvolvimento” deveriam ser superados. Deste modo, um forte debate político e um conjunto de estudos e diagnósticos, ao mesmo tempo em que procuravam identificar as razões desse quadro quase catastrófico, tentavam indicar um “projeto” alternativo de desenvolvimento da região. Sobretudo as lideranças políticas e empresariais empenharam-se em construir ações e políticas visando superar essa situação de atraso e alavancar o desenvolvimento regional.

Nos últimos anos, a partir da retomada do crescimento econômico brasileiro e da ampliação dos investimentos públicos e privados, novos projetos econômicos foram implementados na região, destacando-se vários investimentos privados na área de silvicultura, energia, serviços, etc., além de investimentos públicos cujo centro é o pólo naval da cidade de Rio Grande. Nesta cidade, em particular, novas empresas vêm se instalando, atraídas por essa nova onda de desenvolvimento que assola a região e que já se reflete no crescimento da população urbana, no aparecimento de problemas de infraestrutura urbana, no aquecimento do mercado imobiliário, etc. A atração de investimentos, os incentivos fiscais e a geração de empregos estiveram no centro dos discursos das lideranças políticas e empresariais que vêm defendendo um modelo de desenvolvimento mais diversificado e baseado nos atrativos da região, de suas vocações e potencialidades, da riqueza de sua infraestrutura e potencial humano, enfim, numa certa mobilização interna (população, comunidade, o capital social da região) visando “vender” as cidades (Pelotas e Rio Grande, sobretudo) como produto atraente a fim de obter investimentos e superar o desemprego e o atraso endêmico da região.

## **2. FORMULAÇÃO INICIAL DO PROBLEMA E HIPÓTESES**

Dado o contexto histórico apresentado anteriormente, a partir do presente projeto de investigação indaga-se, inicialmente, qual é o impacto do processo recente de desenvolvimento da Zona Sul em relação à questão do emprego. Quais são os traços e características desse processo e em que medida ele é formulado em termos de um projeto peculiar para a região? Em que medida, ainda, esse projeto e as ações implementadas articulam-se com um projeto de desenvolvimento do país e com o processo de globalização econômica? De que forma a questão do emprego constitui a formulação desse projeto, de suas ações e dos “discursos” que o

justificam? Que concepções e representações sobre “trabalho” e “emprego” estão presentes nos discursos e práticas dos atores sociais envolvidos com a questão do desenvolvimento regional? Quais as concepções sobre “emprego” e “desenvolvimento” têm prevalecido nas políticas públicas que tratam dessas questões?

Tendo em vista esse conjunto de problemas, parte-se da hipótese inicial de que se efetivou um “projeto hegemônico de desenvolvimento para a região” e um “discurso” que, ao mesmo tempo que constatou o atraso econômico, procurou identificar as condições necessárias para tirar a região de sua condição econômica e social desfavorável. Neste “projeto” e nesse “discurso”, enfatiza-se a necessidade de atrair investimentos externos, sobretudo de investimentos privados, considerados essenciais para arrancar a região de sua situação de estagnação. Por outro lado, vale salientar que a questão do emprego ocupa um lugar estratégico na constituição do “discurso” justificador desse projeto. A atração de investimentos não só alavancaria a retomada do desenvolvimento da região, mas proporcionaria a geração dos empregos necessários para dinamizar ainda mais a economia local e superar seu atraso “social”. Neste sentido, o emprego constitui um importante eixo de justificação desse projeto hegemônico, na medida em que ele tornaria possível a integração da população e dos trabalhadores da região ao dito desenvolvimento. A geração de emprego e a possibilidade de distribuir o desenvolvimento para amplas parcelas da população constitui, pois, um dos núcleos centrais de legitimação social desse projeto hegemônico de desenvolvimento.

As dificuldades na sustentação desse projeto e discurso são, no entanto, bastante evidentes. Conforme tem indicado a literatura sociológica, as transformações no mundo do trabalho nas últimas décadas, ao cristalizar a constituição de um novo paradigma produtivo, marcado por um processo acelerado de globalização, pela flexibilização do trabalho e das relações de trabalho e por uma racionalidade econômica alicerçada na economia de recursos (e de trabalho), não só pela introdução de inovações tecnológicas, mas também por intensas inovações organizacionais igualmente poupadoras de força de trabalho, acentuaria a consolidação de um desenvolvimento cada vez mais intensivo em capital e conhecimento e tenderia a gerar cada vez menos empregos em relação ao volume de recursos investidos. Deste modo, por maiores que sejam os investimentos realizados, eles teriam uma baixa capacidade de fazer distribuir esse desenvolvimento. Ao contrário, as desigualdades sociais tenderiam a aumentar na medida em que, para além dos trabalhadores efetivamente integrados a esse desenvolvimento, se formaria uma classe de trabalhadores periféricos, pouco ou não integrados, vivendo das sobras desse sistema.

### 3. OBJETIVOS

#### 3.1. OBJETIVO GERAL

- Investigar as transformações sociais e econômicas na chamada Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul e seu impacto sobre a questão do emprego e das desigualdades sociais, bem como as representações, práticas e discursos dos diversos atores sociais envolvidos nas ações e projetos visando o desenvolvimento da região.
- Investigar as políticas públicas relativas à questão do emprego e do desenvolvimento, identificando o modo como esses fenômenos são construídos e categorizados nos discursos oficiais.
- Consolidar, como meta, um **banco de dados** sobre emprego e desenvolvimento, formatando e implementando o **Observatório Social do Trabalho e do Desenvolvimento**, estruturado junto ao Instituto de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas.

### **3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- Identificar e analisar as transformações econômicas na região, comparando seu processo de desenvolvimento com outras regiões do Estado do Rio Grande do Sul e com o país.
- Identificar e analisar a evolução dos principais indicadores econômicos e sociais da região, tais como PIB, PIB per capita, IDH, IDESE, além de indicadores de pobreza e distribuição de renda (índice de gini), avaliando como se configuram as desigualdades sociais.
- Identificar e analisar a evolução recente dos principais indicadores de emprego e mercado de trabalho, seja através dos censos demográficos, seja através das fontes administrativas do Ministério do Trabalho e Emprego (Rais e Caged).
- Analisar as concepções e categorizações do “trabalho”, do “emprego” e do “desenvolvimento”, principalmente no âmbito das políticas públicas e de suas ações visando o desenvolvimento, tanto em nível local, estadual, nacional como internacional (OIT).
- Identificar e analisar documentos, estudos, diagnósticos, projetos e legislação que tratam da questão do desenvolvimento regional.
- Coletar e analisar depoimentos dos principais atores sociais (lideranças políticas, empresariais, sindicais, comunitárias, movimentos sociais) envolvidos com o debate e a ação visando o desenvolvimento regional, destacando-se os modos de categorização do trabalho e do emprego como elementos constitutivos de seus discursos.

### **4. JUSTIFICATIVA**

Nos últimos anos, a questão do desenvolvimento tornou-se central na Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Um debate intenso, sobretudo na mídia jornalística, tem dado enorme destaque e visibilidade a essa questão. Nos períodos eleitorais o tema sempre ganha um novo relevo, pois os candidatos, em todos os níveis, mas, sobretudo, no âmbito do governo estadual, procuram marcar suas posições a respeito do tema. Atualmente, o novo governo do Estado (PT) formou o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que conta com representantes da sociedade civil e propõe-se a subsidiar as ações do Estado no âmbito do desenvolvimento. Atualmente, através de um processo que se pretende participativo de gestão, está sendo elaborado um novo plano de desenvolvimento para o período de 2012-2015, denominado Plano Plurianual Participativo, que faz parte do denominado Sistema Estadual de Participação Cidadã. Do mesmo modo, desde a década de noventa existem os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) destinados a criar espaços democráticos de debate sobre os rumos do Estado e de suas diversas regiões.

Todo esse quadro nos coloca diante da necessidade de constituir referenciais teóricos e parâmetros e critérios confiáveis de reflexão sobre os rumos do Estado e da região em termos de desenvolvimento. Esta pesquisa, pois, pretende contribuir para esse debate, refletindo não apenas sobre as transformações em curso, mas também sobre as concepções e representações hegemônicas que tem procurado interpretar o atual momento do Estado e da Zona Sul. Neste sentido, este projeto é parte de uma iniciativa que está implementando o OBSERVATÓRIO SOCIAL DO TRABALHO E DO DESENVOLVIMENTO, ligado ao Instituto de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas. Com este projeto, pretende-se qualificar o debate público sobre a questão do emprego e do desenvolvimento na região.

Se, por um lado, o debate político tem sido intenso, por outro, mostram-se bastante limitados os critérios através dos quais as questões do emprego e do desenvolvimento têm sido pensadas. A extensão da precariedade do mercado de trabalho de Pelotas e da região tem sido negligenciada neste debate. Trata-se de importantes indicadores para pensar os limites do projeto hegemônico de desenvolvimento. Outros critérios e indicadores sociais precisam ser mais profundamente analisados e debatidos. As desigualdades sociais são enormes na região. Como

no passado, o atual modelo de desenvolvimento alicerçado na expansão das atividades capitalistas, ainda que possa gerar níveis importantes de crescimento econômico, de renda e de produto, tem limitadíssimos efeitos sobre a expansão do emprego e da distribuição desse desenvolvimento para o conjunto da população. O presente projeto pretende contribuir, pois, para enriquecer esse debate, no sentido de propor novos critérios de avaliação do desenvolvimento regional.

Enfim, um debate político profundo sobre a questão do desenvolvimento da região passa necessariamente pela tentativa de identificar alternativas de desenvolvimento que levem em consideração não apenas a expansão do produto e da renda média da população, mas as condições sociais, políticas e culturais nas quais as relações sociais se constituem e se alicerçam. Nestes termos, o próprio papel do Estado em sua relação com a sociedade civil precisam ser levados em consideração. Uma importante mobilização social em torno da questão do desenvolvimento tem sido realmente observada na região. No entanto, essa mobilização tem se caracterizado como uma mobilização por cima, das elites econômicas e políticas, o que tem gerado uma exclusão dos setores populares desse importante debate. A politização da “questão do desenvolvimento”, entendida como a criação e o fomento de um amplo espaço público, plural e democrático, impõe-se, pois, como uma premissa central no tratamento e encaminhamento desse dilema enfrentado pela região.

## **5. REFERENCIAL TEÓRICO: A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO**

Na presente investigação, pretende-se apresentar o debate teórico a partir de dois registros principais.

Num primeiro registro, trata-se de pensar a questão do “emprego” e do “desenvolvimento” como categorias construídas social, histórica e culturalmente. Neste sentido, como objeto de investigação, a realidade social não é apenas um conjunto de fenômenos objetivos, exteriores, observados e constatados através dos instrumentos de aferição da ciência. A realidade é, antes, percebida como tal por atores socialmente situados que definem, através de suas categorias significativas, o que é esse “mundo objetivo” (Berger & Luckmann, 1998). O mundo objetivo é, pois, o mundo considerado como objetivo por sujeitos que o representam e que guiam seus comportamentos a partir dessas representações. Trata-se, pois, de mobilizar uma perspectiva teórica que provoca um importante deslocamento das formas tradicionais de construção do objeto nas ciências sociais, identificando os “modos de categorização”, os “discursos” produzidos por sujeitos em suas práticas, a partir dos lugares que ocupam no mundo social.

Na perspectiva teórica aqui assumida, não se trata, no entanto, de reduzir a realidade social a uma dimensão puramente subjetiva, à mera definição e categorização do mundo social, mas de identificar, ao mesmo tempo, um sistema de posições que definem o espaço social como um espaço relacional (Bourdieu, 1990). Nestes termos, a construção social da realidade ocorre num espaço de relações desiguais, assimétricas, nas quais modos de categorização dominantes e hegemônicos expressam relações de forças mais ou menos reconhecidas; valores e intenções mais ou menos explicitados.

O “emprego” e o “desenvolvimento”, nestes termos, são categorias operadas através de “modos de categorização” e “discursos” que definem critérios a partir dos quais a realidade é avaliada e julgada, implicando interesses, crenças, valores, projetos.

Procura-se enfatizar, ainda, que esses modos de categorização operados por atores sociais situados ocorrem no contexto de uma dinâmica de acumulação capitalista que tem uma enorme capacidade de estruturar o espaço social de relações e representações, produzindo e reproduzindo desigualdades sociais em diversos níveis. É neste sentido que se retorna a uma tradição mais “estrutural” de abordagem do fenômeno do emprego e do desenvolvimento na sociedade moderna e contemporânea.

Não é novidade afirmar que a dinâmica de acumulação capitalista implica uma crescente elevação da produtividade do trabalho e uma possível substituição dos trabalhadores por máquinas. De fato, existe hoje uma espécie de senso comum que utiliza esse argumento para

sustentar que o desemprego é inevitável no mundo capitalista. No plano teórico, essa idéia adquiriu forma nas recentes teses que sustentaram a idéia do fim do trabalho nas sociedades contemporâneas (Rifkin, 1997). O argumento central dessa tese, no entanto, não tem encontrado ampla sustentação na literatura científica.

Marx (1983) é um dos primeiros autores a propor uma explicação sociologicamente fundamentada para esse processo de expansão capitalista. Assim, a busca de lucros cada vez mais elevados e os limites sociais e legais impostos à exploração do trabalho sem limites levariam os capitalistas a incrementarem o que o autor chama de “mais-valia relativa”, isto é, a elevar a produtividade do trabalho, sobretudo através da incorporação de inovações tecnológicas. Segundo este autor, tal fenômeno acarretaria uma mudança da composição orgânica do capital. A proporção do capital invertida em instalações, equipamentos, tecnologias, enfim, naquilo que o autor chama de “capital constante” (cc), aumentaria em relação ao “capital variável” (cv), isto é, o capital invertido em pagamento dos salários dos trabalhadores. Para Marx, essa é uma lei geral da acumulação capitalista: o capital constante cresce em termos absolutos e relativos na composição do capital. A parte do capital investida na contratação de trabalhadores decresce proporcionalmente, implicando, pois, uma crescente elevação da produtividade do trabalho. O capital é capaz de produzir cada vez mais com menos trabalho.

A partir da apresentação e da análise dessa lei geral da acumulação capitalista, Marx analisa as conseqüências desse processo para a classe trabalhadora, propondo o conceito de “exército industrial de reserva” ou “superpopulação relativa” para mostrar a formação de excedentes de trabalhadores não absorvidos pelo capital, mas que constituirão uma “reserva de trabalho” necessária aos momentos de expansão do ciclo de acumulação. São essas idéias de Marx que constituirão a base de um certo senso comum que mostra o desemprego como efeito mecânico e direto do processo de expansão capitalista.

O próprio Marx, no entanto, relativiza esse efeito perverso da acumulação capitalista para a classe trabalhadora. Ora, só haverá desemprego se a elevação da produtividade não for acompanhada de um processo de expansão da produção e do consumo. E ainda que no âmbito de uma empresa ou localmente o desemprego ocorra, decorrente de inovações tecnológicas e organizacionais do trabalho, em escala social mais ampla o volume de trabalho pode se manter, devido à formação e novas atividades econômicas e novas áreas de expansão do capital. Isto é o que alguns autores chamam de destruição criativa (Kumar, 1997). Ao mesmo tempo em que destrói empregos em determinadas empresas ou setores, o capitalismo também provoca a formação de novos empregos em outras empresas ou setores da economia. Nesse sentido, o volume global de emprego pode manter-se ou mesmo se elevar, mesmo existindo determinados focos de desemprego. Evidentemente que os efeitos desse processo sobre os trabalhadores afetados pela “economia de trabalho” são bastante danosos. Dificilmente, esses trabalhadores conseguem acompanhar essas mudanças e se manterem qualificados e disponíveis para o capital.

Em suma, o próprio Marx reconhece que um processo generalizado de expansão capitalista, mesmo elevando a produtividade do trabalho e reduzindo sua participação relativa no conjunto do capital, pode ser acompanhado de um correspondente aumento dos níveis gerais de emprego. Para isto, basta que a produção e distribuição do volume geral de mercadorias e que o próprio consumo aumentem. Ora, isso é de fato o que ocorre com o processo de expansão capitalista no mundo contemporâneo. A forte elevação da produtividade do trabalho industrial produziu, por exemplo, a expansão do trabalho em serviços, isto é, todas aquelas formas de trabalho necessárias à gestão e administração do próprio capitalismo e de suas formas de regulação. É neste sentido que as teorias da sociedade pós-industrial vão sugerir que novas formas de trabalho vão surgir no capitalismo contemporâneo, em sua fase monopolista, marcada pela consolidação das grandes empresas transnacionais. Ainda que algumas vertentes teóricas sustentem que esses trabalhadores de colarinho branco (administração, burocracias, etc.) estejam submetidos a condições de trabalho iguais ou piores àquelas dos operários fabris, devido à taylorização, rotinização e precarização do trabalho de escritório (Braverman, 1987), outros autores vão sugerir que a expansão dessas formas de trabalho intelectual, ao incorporarem

conhecimento científico e tecnológico, exige trabalhadores mais escolarizados e qualificados (Bell, 1977).

Mas se a expansão capitalista torna possível a correspondente expansão dos níveis de emprego, mesmo ocorrendo situações localizadas de desemprego, qual é a base de sustentação das teorias do fim do trabalho?

Para responder a essa questão é necessário retomar o debate teórico sobre as transformações recentes no mundo do trabalho e a emergência do novo paradigma produtivo. A literatura a esse respeito sugere que no bojo dessas transformações está em foco uma crise capitalista de grande profundidade (Harvey, 1989). A redução das taxas de lucro das grandes empresas capitalistas e a intensificação da concorrência intercapitalista estariam na base de uma crise de superprodução, de superacumulação. Se, por um lado, a financeirização do capital pode ser identificada como uma das tendências e reações a essa crise, por outro, ela gerou um processo bastante profundo de reestruturação capitalista. Neste contexto, não se altera apenas o que Harvey chama de “regime de acumulação”, com a emergência das novas formas de gestão e organização do trabalho e da produção. Altera-se, também, o “modo de regulação” predominante nas sociedades capitalistas contemporâneas, passando-se do modelo de um estado intervencionista e promotor do bem estar social, que institui direitos sociais e econômicos e protege a classe trabalhadora, a um outro modelo de estado mínimo, agora promotor de um amplo processo de liberalização econômica, isto é, de desregulamentação das relações econômicas e das relações de trabalho a partir de uma estratégia de ampliação das liberdades mercantis. Do ponto de vista do regime de acumulação, altera-se profundamente o modo de organização e gestão da produção tipicamente taylorista e fordista do período anterior. O modelo rígido e burocratizado das grandes empresas, da extrema parcelização do trabalho, da produção em massa de produtos homogêneos, da extrema centralização e verticalização dos processos organizacionais cede lugar a um paradigma marcado pela idéia de flexibilidade, de descentralização, da polivalência no trabalho, do envolvimento subjetivo e da participação dos trabalhadores, da produção enxuta em pequenos lotes, organizada a partir da demanda e do consumo. A mundialização acelerada do mercado e do espaço econômico estratégico, a organização da produção em redes de empresas e as estratégias de subcontratação tornam-se elementos centrais de organização da produção capitalista, assim como a introdução das inovações tecnológicas baseadas na microeletrônica. Todas essas mudanças alteram não só o modelo de empresa capitalista dominante, mas o modelo de trabalhador requisitado pelo capital. Se por um lado, exige-se mais desse trabalhador em termos de envolvimento subjetivo e de formação e familiarização com as tecnologias informacionais, por outro multiplicam-se as formas de contratação denominadas “atípicas” pela literatura, implicando uma maior instabilidade, rotatividade e precariedade de uma ampla parcela dos trabalhadores integrados ao circuito da acumulação do capital.

Do ponto de vista do mercado de trabalho, essas transformações consolidam o que Gorz (1991) chama de um modelo cada vez mais dual de trabalho e de sociedade. De um lado, uma parcela cada vez menor de trabalhadores estáveis, integrados, recebendo bons salários, gozando de direitos. De outro, uma parcela cada vez maior de trabalhadores instáveis e precários, sem ou com poucas garantias legais, sem perspectiva de carreira, oscilando de um emprego a outro em suas trajetórias descontínuas e incertas. A esse quadro poderíamos acrescentar aqueles trabalhadores periféricos ou mesmo excluídos do ciclo de produção, distribuição e acumulação de capital. Muitos destes trabalhadores constituem o que Nun (2000) chama de “massa marginal”, isto é, aqueles trabalhadores que sequer podem constituir uma “reserva de trabalho” para o capital, pois não só são numerosos demais (seria impossível absorvê-los, todos, considerando os atuais padrões de produtividade do trabalho) como não possuem as competências e qualificações necessárias para integrar o mundo do trabalho capitalista, a não ser em suas formas marginais e periféricas. Para Nun, boa parte destes trabalhadores latinoamericanos não têm mais função para o capital e sua única alternativa são as formas de trabalho não capitalistas ou aquelas meramente periféricas.

Enfim, as transformações recentes no mundo do trabalho indicam que, na tentativa de escapar à crise e de incrementar a acumulação, o capitalismo provocou uma enorme elevação da

produtividade do trabalho tanto em decorrência das inovações tecnológicas (informática, microeletrônica) como das inovações organizacionais, constituindo, além do mais, novos modelos de relações de trabalho, baseados na flexibilidade e na desregulamentação. Com isso, não foram só os níveis gerais de desemprego que aumentaram nas últimas décadas, mas o problema da precariedade do trabalho decorrente desses novos padrões flexíveis de contratação e gestão do trabalho.

Em relação à literatura que trata das questões sobre o desenvolvimento da região, as contribuições ainda são um tanto modestas. Alguns autores sustentam que esta defasagem e atraso da região podem ser explicadas pelo modelo de desenvolvimento implementado ao longo do processo de expansão do capitalismo industrial brasileiro. Se no eixo da região metropolitana de Porto Alegre e Serra Gaúcha efetivou-se uma expansão capitalista mais dinâmica, fortemente alicerçada em grandes, médias e pequenas empresas com perfis mais diversificados e capazes de produzir mais e distribuir melhor os produtos do desenvolvimento, tal fato não ocorreu na Zona Sul do Estado. Nessa região, um desenvolvimento capitalista baseado em pequenas e médias empresas tradicionais vinculadas ao setor agroindustrial (Vargas, 1994) gerou um modelo de expansão econômica mais restrito e desigual, lançando as bases, também, de um processo de urbanização acelerado, de fluxo intenso do campo para a cidade, gerador de oportunidades ocupacionais precárias e instáveis aos trabalhadores. Neste sentido, esse desenvolvimento esteve também na base da formação de um importante cinturão de pobreza em Pelotas, que concentrou boa parte da expansão industrial da região.

As transformações econômicas a partir dos anos noventa, em um contexto de crise econômica e reestruturação produtiva, aprofundaram os problemas econômicos e sociais da região, na medida em que muitas empresas fecharam suas portas ou deslocaram suas atividades para outras regiões. O saldo dessas transformações foi uma imensa “dívida social” e a emergência de uma “questão social” tentando identificar as possíveis alternativas de desenvolvimento da região.

[Debate sobre modernidade]

## **6. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO**

Metodologicamente, pretende-se implementar a presente investigação a partir de duas abordagens teórico-metodológicas distintas e complementares.

De um lado, pretende-se discutir e analisar a questão do emprego e do desenvolvimento como um conjunto de processos objetivos e objetivados a partir de indicadores sociais e econômicos específicos, quais sejam, os indicadores tradicionais de desenvolvimento (PIB, PIB per capita), os novos indicadores de desenvolvimento social e humano (IDH, IDESE), os indicadores de mercado de trabalho (atividade, ocupação, emprego e desemprego), bem como alguns indicadores sociais (pobreza, desigualdade de renda). Esses indicadores serão analisados em suas concepções e construções metodológicas e possibilitarão uma leitura longitudinal das transformações no mundo do trabalho e do processo de desenvolvimento na Zona Sul do RS. Eles serão cruzados com outras variáveis (renda, sexo, cor, idade) que permitam pensar estas transformações e seus impactos sobre as desigualdades sociais (classe, gênero, etnia, geração). As fontes estatísticas desse conjunto de indicadores são as seguintes: Censos demográficos, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD e Pesquisa Mensal de Emprego – PME do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos - DIEESE; Indicadores de Desenvolvimento (PIB, PIB per capita) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Novos indicadores de desenvolvimento calculados pelo IBGE e pela Fundação Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul (IDH, IDESE); Indicadores de pobreza e desigualdade social (índice de Gini) também calculados pelo IBGE; além dos indicadores de mercado de trabalho formal coletados pelas fontes administrativas do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e Cadastro Geral de Emprego e Desemprego – CAGED).

De outro lado, a partir de um enfoque mais qualitativo, considera-se o desenvolvimento e o emprego como categorias sociais construídas histórica e socialmente. Trata-se, pois, de analisar, tanto no âmbito da teoria e do pensamento social como no âmbito dos próprios atores sociais (aí incluído o Estado, seus diversos níveis de governo), o modo como o desenvolvimento, o trabalho e o emprego são pensados, categorizados, construídos, levando-se em consideração os modos de classificação operados, seus critérios de seletividade e hierarquização da realidade, enfim, seus modos de definir o mundo real, de pensá-lo, de classificá-lo. Esses modos de categorização se expressam, por exemplo, através das políticas públicas e de seus alvos privilegiados, suas definições a respeito do que seja o “trabalho”, o “emprego”, do modo como organiza suas ações e arranjos institucionais. Do mesmo modo, para os próprios trabalhadores, o trabalho e o emprego também se constituem como categorias construídas, dotadas de sentido, no sentido de Weber. Nessa perspectiva, o trabalho pode ser tanto uma atividade marcada pela sua contrapartida, o salário, a remuneração, destinada a suprir uma necessidade de sobrevivência (relação instrumental ao trabalho); como pode ser uma atividade significativa em si mesma, fonte de prazer ou sofrimento, satisfação ou pena; ou ainda uma atividade socialmente reconhecida, que confere aos indivíduos um lugar e um status na vida social; ou ainda uma atividade relacional, marcada por vínculos de pertencimento (Vargas, 2008a). Esse universo de significados ajuda a compreender o lugar do trabalho e do emprego nas ações, políticas, discursos e representações sobre o desenvolvimento. Dentro desse quadro, o desenvolvimento não se apresenta apenas como um conjunto de processos objetivos, mas como “discursos” que sistematizam e organizam a compreensão da realidade. Esses “discursos” são, pois, conjuntos de enunciados mais ou menos coerentes e sistematizados que não só contribuem para compreender o mundo, mas para justificar a própria ação sobre ele.

Nesta perspectiva de análise, as fontes trabalhadas serão documentos, legislação, estudos, diagnóstico, depoimentos colhidos através de entrevistas, encontros, relatos jornalísticos, entre outras fontes qualitativas que permitam apreender o modo como os atores sociais definem e constroem a realidade social do emprego e do desenvolvimento. A partir da identificação dos documentos e dos atores sociais relevantes, pretende-se detalhar o plano de coleta de dados e de análise do material recolhido.

## 7. PLANO E CRONOGRAMA DE TRABALHO

O plano de trabalho deste projeto contempla três etapas principais e um conjunto de atividades a serem executadas. As etapas são aquelas: (1) de consolidação do estado atual da pesquisa e planejamento das etapas seguintes; (2) de execução das atividades principais do projeto durante o período de estágio de pós-doutoramento; e (3) de execução das atividades de pesquisa posteriores ao período de estágio de pós-doutoramento. Considerando-se um período inicial de dois anos, a partir de agosto de 2001, as atividades a serem executadas serão as seguintes:

1. Elaboração de projeto detalhado do **Observatório Social do Trabalho e do Desenvolvimento**, visando à implantação de um Portal na internet e de um banco de dados on-line cujo objetivo fundamental é propiciar o acesso público a dados, informações, análises, estudos, pesquisas e bibliografia referente à questão do emprego, desenvolvimento e desigualdade na chamada Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Pretende-se, neste sentido, encaminhar projeto de financiamento para a consolidação desse Observatório.
2. Organização e sistematização dos dados empíricos e documentos já levantados até o presente momento.
3. Definição do plano detalhado de coleta de dados visando à constituição final do material empírico da presente investigação sociológica.
4. Organização, redação final e publicação das notas de pesquisa, textos, resumos e comunicações orais e escritas realizadas recentemente sobre o objeto desta pesquisa.

5. Realização de levantamento e pesquisa bibliográfica complementar visando dar continuidade ao processo de construção teórica do objeto de investigação.
6. Realização de pesquisa estatística visando à consolidação e alimentação contínua das bases de dados do Observatório Social do Trabalho e do Desenvolvimento.
7. Publicação on-line em Portal específico das bases de dados do Observatório Social do Trabalho e do Desenvolvimento.
8. Realização da pesquisa qualitativa, através dos seguintes procedimentos: levantamento e análise de documentos; planejamento e realização das entrevistas; degravação e análise das entrevistas; acompanhamento e participação de eventos e atividades ligadas ao tema da pesquisa.
9. Levantamento e pesquisa bibliográfica e documental em instituições e organismos internacionais ligados à questão do trabalho, emprego e desenvolvimento (Organização Internacional do Trabalho - OIT, com sede em Genebra, centros e laboratórios de pesquisa franceses, tais como: Centre d'Étude de l'Emploi – CEE, Institut de Recherches Économiques e Sociales – IRES, Centre de Sociologie des Organisations – CSO, laboratório Genre, Travail e Mobilités – GTM/CNRS, Institut National de la Statistique et des Études Économiques – INSEE, dentre outros), bem como realização de contatos, discussões e debates com técnicos e pesquisadores franceses visando à consolidação do Observatório do Trabalho e do Desenvolvimento.
10. Levantamento e pesquisa bibliográfica e documental em instituições e organismos nacionais ligados à questão do trabalho, emprego e desenvolvimento (Escritório da OIT no Brasil, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos DIEESE) bem como realização de contatos, discussões e debates com técnicos e pesquisadores brasileiros visando à consolidação do Observatório do Trabalho e do Desenvolvimento.
11. Elaboração de relatório parcial e artigo sistematizando os principais resultados da pesquisa em curso.
12. Publicação de artigo científico com os principais resultados da pesquisa.
13. Sistematização, análise e interpretação dos dados coletados.
14. Elaboração de relatório final com a apresentação dos principais resultados da pesquisa.
15. Publicação de artigos ou livro com a apresentação dos principais resultados da pesquisa.

As etapas e atividades acima descritas serão executadas segundo o seguinte cronograma (próxima página):

## CRONOGRAMA

ETAPA	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	PERÍODO DE EXECUÇÃO
1	1. Elaboração de projeto do Observatório Social do Trabalho e do Desenvolvimento.	Agosto-Setembro de 2011
1	2. Organização e sistematização dos dados empíricos e documentos já levantados.	Agosto-Setembro de 2011
1	3. Definição do plano detalhado de coleta de dados.	Agosto-Setembro de 2011
1	4. Organização, redação final e publicação das notas de pesquisa, textos, resumos e comunicações.	Agosto a Dezembro de 2011
2-3	5. Realização de levantamento e pesquisa bibliográfica complementar.	Agosto de 2011 a Abril de 2013
2	6. Realização de pesquisa estatística visando à consolidação e alimentação contínua das bases de dados.	Atividade permanente
2	7. Publicação on-line das bases de dados do Observatório Social do Trabalho e do Desenvolvimento.	Atividade permanente
2	8. Realização da pesquisa qualitativa.	Outubro de 2011 a Junho de 2012
2	9. Levantamento e pesquisa bibliográfica e documental em instituições e organismos internacionais ligados à questão do trabalho, emprego e desenvolvimento; realização de contatos, discussões e debates com técnicos e pesquisadores franceses.	Fevereiro a Abril de 2012
2	10. Levantamento e pesquisa bibliográfica e documental em instituições e organismos nacionais ligados à questão do trabalho, emprego e desenvolvimento; realização de contatos, discussões e debates com técnicos e pesquisadores brasileiros.	Outubro de 2011 a Junho de 2012
2	11. Elaboração de relatório parcial (artigo) das atividades de pesquisa.	Maió a Julho de 2012
2-3	12. Publicação de artigo com resultados parciais da investigação.	Julho-Agosto de 2012
2-3	13. Sistematização, análise e interpretação dos dados coletados.	Outubro de 2011 a Março de 2013
3	14. Elaboração de relatório final das atividades de pesquisa.	Abril a Julho de 2013
3	15. Publicação de artigo ou livro com os resultados finais da investigação.	Julho-Agosto de 2013

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, Mônica M. T. de. As políticas públicas de emprego e renda no Brasil: uma nova modalidade de intervenção sobre a questão do desemprego no Brasil. IN: NOGUEIRA & RIZZOTTO (Org.) *Políticas Sociais e Desenvolvimento: América Latina e Brasil*. São Paulo, Xamã, 2007.
- ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2000.
- ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 2006.
- ANTUNES, Ricardo. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo, Boitempo, 2005.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo, Boitempo Editorial, 1999.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho. Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo, Cortez, 1995.
- ARENDR, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2009.
- AZEREDO, Beatriz. Políticas públicas de emprego no Brasil: limites e possibilidades. In: *Reforma do Estado & Políticas de emprego no Brasil*. Instituto de Economia. UNICAMP. Campinas, 1998.
- BELL, Daniel. *O advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo, Cultrix, 1977.
- BERGER, P. & LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*. Paris, Fayard, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. *Sociologia: Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo, Ática, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In : BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas. Sobre a teoria da ação*. Campinas, Papirus, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1987.
- BOURDIEU, Pierre (Dir.). *La misère du monde*. Paris, Seuil, 1993.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis, Vozes, 2001.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- CATTANI, A.D. (org.) *Trabalho e tecnologia. Dicionário crítico*. Porto Alegre, Vozes, 1997.
- GARÇA TOLEDO, Enrique de la (Coord.). *Tratado Latinoamericano de Sociologia del Trabajo. México, El Coegio de México, 2003*.
- DEMAZIERE, Didier. *Le chômage. Comment peut-on être chômeur ?* Paris, Éditions Belin, 2003.
- DEMAZIERE, Didier. *La sociologie du chômage*. Paris, La Découverte, 1995 (Nova edição em 2006)
- DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. Internet: [www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)
- DRUCK, G. & FRANCO, T. (Org.). *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo, Boitempo, 2007.

- GORZ, André. *Métamorphoses du travail: Quête du Sens. Critique de la raison économique*. Paris, Galilée, 1991.
- GORZ, André. *Metamorfoses do trabalho. Crítica à razão econômica*. Paris, Galilée, 1991.
- GORZ, André. *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo, Martins Fontes, 1989.
- GORZ, André. *O imaterial. Conhecimento, valor e capital*. São Paulo, Annablume, 2005.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo, Editora UNESP, 1991.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Loyola, 1989.
- HIRATA, Helena. Trabalho, família e relações homem/mulher. Reflexões a partir do caso japonês. RBCS Nº 2. Vol. 1. ANPOCS. 1986.
- HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo, Boitempo, 2002.
- HIRATA, H. & HUMPHREY, J. Trabalhadores desempregados: trajetórias de operárias e operários industriais no Brasil. RBCS. Nº 11. Vol. 4. ANPOCS. 1989.
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios – PNAD. Internet: [www.ibge.org.br](http://www.ibge.org.br).
- KOWARICK, Lúcio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna. Novas teorias sobre o mundo Contemporâneo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.
- LESSA, Sérgio. *Mundo dos homens. Trabalho e ser social*. São Paulo, Boitempo, 2002.
- MARX, Karl. *O capital. Crítica da economia política*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- MARX, Karl. *Os manuscritos econômicos e filosóficos*. In : Fromm, Erich. *Conceito Marxista do homem*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- MATTOSO, J. et alii (org.). *O mundo do trabalho. Crise e mudança no final do século*. São Paulo, Scritta, 1994.
- MERCURE, D. & SPURK, J. (Org.). *O trabalho na história do pensamento ocidental*.
- NOGUEIRA & RIZZOTTO (Org.) *Políticas Sociais e Desenvolvimento: América Latina e Brasil*. São Paulo, Xamã, 2007.
- NUN, José. O futuro do trabalho e a tese da massa marginal. *Novos Estudos*. Nº 56. CEBRAP, São Paulo, 2000.
- OFFE, Claus. *Trabalho & Sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.
- PICCININI, V.C et alii. (Org.) *O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea. Persistências e inovações*. Porto Alegre, EdUFRGS, 2006.
- PICCININI, V.C.; OLIVEIRA, S.R.de & RÜBENICH, N.V. Formal, flexível ou informal? – reflexões sobre o trabalho no Brasil. IN: PICCININI, V.C et alii. (Org.) *O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea. Persistências e inovações*. Porto Alegre, EdUFRGS, 2006.
- POCHMANN, Márcio. Desempregados do Brasil. IN: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 2006.
- POCHMANN, Márcio. *O emprego na globalização*. São Paulo, Boitempo, 2002.
- RAMALHO & ARROCHELAS (Org.). *Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil*. São Paulo, Cortez; Petrópolis-RJ, CAALL, 2004
- RIFKIN, Jeremy. *La fin du travail*. Paris, La Découverte, 1997.
- SENNETT, Richard. *A cultura do novo capitalismo*. São Paulo, Record, 2008.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro, Record, 2005.

THEODORO, Mário. As características do mercado de trabalho e as origens da informalidade no Brasil. IN: RAMALHO & ARROCHELAS (Org.). *Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil*. São Paulo, Cortez; Petrópolis-RJ, CAALL, 2004.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1994.

VARGAS, Francisco E.B. *Relações sociais de classe e gênero : o trabalho safrista na indústria de conservas de Pelotas*. Dissertação de mestrado. UFRGS. Porto Alegre, 1994.

VARGAS, Francisco E.B. *Formas e Experiências de Privação de Trabalho no Brasil: A Construção Social do Desemprego na Perspectiva de uma Sociologia das Relações Sociais*. Tese de Doutorado em Sociologia. Université de Versailles-Saint-Quentin-Em-Yvelines. Paris, 2008a.

VARGAS, Francisco E.B. *Formas e experiências de privação de trabalho no Brasil: as desigualdades sociais na perspectiva de uma sociologia do desemprego*. 32º Encontro Anual da ANPOCS. GT14 Desigualdades: produção e reprodução. Caxambu, 2008b.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Pioneira, 1987.